Colégio 00001 | Sala 0001 | Ordem 0001

Fevereiro/2016

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário
Área Administrativa

Nome do Candidato: Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição: MODELO

Nº do Caderno: TIPO−001

Nº do Documento: 0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

De nada serve à humanidade conquistar a Lua se perde a Terra.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.

  Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

  Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

C. Gerais / C. Específicos / Discursiva-Redação
Cargo ou opção C03 - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA
Tipo gabarito 1

001 - D	011 - B	021 - E	031 - C	041 - D	051 - E
002 - A	012 - A	022 - B	032 - A	042 - A	052 - E
003 - B	013 - C	023 - A	033 - E	043 - A	053 - D
004 - E	014 - A	024 - A	034 - B	044 - C	054 - B
005 - D	015 - C	025 - E	035 - D	045 - B	055 - C
006 - A	016 - C	026 - C	036 - D	046 - A	056 - E
007 - C	017 - D	027 - E	037 - A	047 - B	057 - A
008 - B	018 - E	028 - C	038 - B	048 - C	058 - C
009 - D	019 - E	029 - B	039 - C	049 - A	059 - D
010 - E	020 - B	030 - C	040 - E	050 - D	060 - B

Gabarito preliminar divulgado em 23/02/2016.

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, considere o texto abaixo.

O processo impregnado de complexidade, ao qual se sobrepõem ideias de avanço ou expansão intensamente ideologizadas, e que convencionamos chamar pelo nome de progresso, tem, dentre outros, um atributo característico: tornar a organização da vida cada vez mais tortuosa, ao invés de simplificá-la. Progredir é, em certos casos, sinônimo de complicar. Os aparelhos, os sinais, as linguagens e os sons gradativamente incorporados à vida consomem a atenção, os gestos, a capacidade de entender. Além disso, do manual de instruções de um aparelho eletrônico à numeração das linhas de ônibus, passando pelo desenho das vias urbanas, pelos impostos escorchantes e pelas regras que somos obrigados a obedecer – inclusive nos atos mais simples, como o de andar a pé –, há uma evidente arbitrariedade, às vezes melíflua, às vezes violenta, que se insinua no cotidiano.

Não há espaço melhor para averiguarmos as informações acima do que os principais centros urbanos. Na opinião do geógrafo Milton Santos, um marxista romântico, "a cidade é o lugar em que o mundo se move mais; e os homens também. A co-presença ensina aos homens a diferença. Por isso, a cidade é o lugar da educação e da reeducação. Quanto maior a cidade, mais numeroso e significativo o movimento, mais vasta e densa a co-presença e também maiores as lições de aprendizado".

Essa linha de pensamento, contudo, não é seguida por nós, os realistas, entre os quais se inclui o narrador de O silenceiro, escrito pelo argentino Antonio di Benedetto. Para nós, o progresso transformou as cidades em confusas aglomerações, nas quais a opressão viceja. O narrador-personagem do romance de Di Benedetto anseia desesperadamente pelo silêncio. Os barulhos, elementos inextricáveis da cidade, intrometem-se no cotidiano desse homem, ganhando existência própria. E a própria espera do barulho, sua antevisão, a certeza de que ele se repetirá, despedaça o narrador. À medida que o barulho deixa de ser exceção para se tornar a norma irrevogável, fracassam todas as soluções possíveis.

A cidade conspira contra o homem. As derivações da tecnologia fugiram, há muito, do nosso controle.

(Adaptado de: GURGEL, Rodrigo. **Crítica, literatura e narratofobia**. Campinas, Vide Editorial, 2015, p. 121-125)

1. Depreende-se do texto que

(A) a ideia de que a sociedade progride a partir da vida nas cidades, tanto para o autor do texto como para Milton Santos, concentra-se no fato de que nelas as diferenças são assimiladas com indulgência.

(B) à medida que a sociedade progride e dispõe de mais aparatos eletrônicos, a vida torna-se proporcionalmente mais simples, e ampliam-se as formas de interação com os demais.

(C) o autor enaltece o pensamento de Milton Santos, exposto no segundo parágrafo, valorizando especialmente a ideia do geógrafo de que a cidade é o lugar da educação e da reeducação.

(D) o autor, por meio do uso do termo "contudo", (3º parágrafo) estabelece a diferença entre as ideias que os realistas têm sobre a vida na cidade e as de Milton Santos, que seria um marxista romântico.

(E) a citação de um personagem de romance (3º parágrafo) reitera a intenção do autor de refutar a ideia de que a cidade é desfavorável ao homem.

---

2. *A cidade conspira contra o homem. As derivações da tecnologia fugiram, há muito, do nosso controle*. (final do texto)

Mantendo-se a coerência com o restante do texto, as duas frases acima podem ser articuladas em um único período, fazendo-se as devidas alterações na pontuação e entre maiúsculas e minúsculas, com o emprego de

(A) porquanto.
(B) no entanto.
(C) contudo.
(D) consoante.
(E) conquanto.

---

3. Traduz-se corretamente um segmento do texto em:

(A) *elementos inextricáveis da cidade* – atributos citadinos convenientes

(B) *a opressão viceja* – a angústia desenvolve-se copiosamente

(C) *uma evidente arbitrariedade* (...) *melíflua* – um capricho maléfico irrefutável

(D) *impostos escorchantes* – pecúlios exorbitantes

(E) *processo impregnado de complexidade* – ação notoriamente compreensível

---

4. Atente para as afirmações abaixo.

I. A vírgula colocada imediatamente após o travessão (1º parágrafo) pode ser suprimida, sem prejuízo da correção e do sentido.

II. Sem prejuízo da correção, o segmento *nas quais* (3º parágrafo) pode ser substituído por "em que".

III. A crase é facultativa no segmento *do manual de instruções de um aparelho eletrônico à numeração das linhas de ônibus*. (1º parágrafo)

Está correto o que consta APENAS em

(A) III.
(B) I e III.
(C) I e II.
(D) II e III.
(E) II.

5. *E a própria espera do barulho* (...) *despedaça o narrador*.

O verbo que possui, no contexto, o mesmo tipo de complemento do grifado acima está em:

(A) *Por isso, a cidade é o lugar da educação*...

(B) ... *nas quais a opressão viceja*.

(C) ... *anseia desesperadamente pelo silêncio*.

(D) ... *há uma evidente arbitrariedade*...

(E) ... *fracassam todas as soluções possíveis*.

6. Mantendo-se a correção gramatical e, em linhas gerais, o sentido original, uma redação alternativa para um segmento do texto está em:

(A) O narrador de *O silenceiro*, escrito pelo argentino Antonio di Benedetto, encontra-se entre os que seguem a ideia de que, com o progresso, as cidades foram transformadas em confusas aglomerações.

(B) Ganhando existência própria, os barulhos – elementos inextricáveis da cidade –, intrometem-se no cotidiano desse homem.

(C) À espera do barulho e à ideia de que certamente se repetirá o narrador despedaça-se ante sua visão.

(D) Gradativamente incorporados à vida: os aparelhos, os sinais, as linguagens e os sons consomem-nos a atenção, os gestos e a capacidade de lhes entender.

(E) Impregnado de complexidade, o processo que convencionamos chamar pelo nome de progresso, ao qual se sobrepõe ideias de avanço torna a organização da vida cada vez mais tortuosa.

7. Está correta a redação que se encontra em:

(A) Os ruídos indesejados invadem a privacidade, obrigando os moradores das cidades a participarem do que não lhes interessam.

(B) Ouve-se, ainda que de dentro de apartamentos com janelas fechadas, os sons indesejados do programa de televisão no último volume do imóvel vizinho.

(C) Para alguns, os barulhos da cidade, mais do que mera consequência do aprimoramento tecnológico, configuram-se como estorvo cuja insistência altera a vida.

(D) Cada um dos rumores produzidos pelas pessoas na cidade grande acossam os mais sensíveis, causando estresse e doença.

(E) Prestes a explodir, o homem indefeso constata que as pessoas e a tecnologia trabalham contra ele, como se os emboscasse a cada esquina.

Atenção: Para responder às questões de números 8 e 9, considere o texto abaixo.

Na Biblioteca 10 de Helsinki é possível ler deitado na rede, fazer negócios, dançar, tocar guitarra ou tirar uma soneca. É possível fazer praticamente qualquer coisa que jamais se pensaria em fazer em uma biblioteca. Isso porque seu diretor, Kari Lämsä, pensou que no novo mundo existe pouco espaço para as velhas bibliotecas e um espaço enorme para as inovadoras.

Lämsä conhece o funcionamento das bibliotecas tradicionais: começou colocando livros nas estantes. Mas o que chamou a atenção sobre ele é que se deu conta do futuro.

O sucesso de Lämsä pode ser medido: a biblioteca recebe 2.000 usuários por dia em uma cidade com 600.000 habitantes e 36 bibliotecas. A metade de seus usuários tem entre 25 e 35 anos. É o sonho de qualquer bibliotecário que observa como os grandes leitores das bibliotecas, que são as crianças, fogem ao crescer. Lämsä, no entanto, conseguiu atrair essa faixa refratária a um espaço associado ao silêncio.

(Adaptado de: **brasil.elpais.com/brasil/2015/06/13/cultura/1434216067_290976.html**)

8. Atente para o que se afirma abaixo.

I. De acordo com o texto, é paradoxal o fato de as crianças deixarem de frequentar bibliotecas quando chegam à adolescência.

II. O diretor da Biblioteca 10 de Helsinki é descrito como sendo visionário e utopista.

III. O sinal de dois pontos (2º parágrafo) pode ser substituído por "pois", precedido de vírgula.

Está correto o que consta APENAS em

(A) I e II.

(B) III.

(C) II.

(D) II e III.

(E) I e III.

9. O verbo que pode ser flexionado em uma forma do plural, sem prejuízo da correção e sem que nenhuma outra modificação seja feita na frase, está em:

(A) ... *existe pouco espaço para as velhas bibliotecas...*

(B) ... *a biblioteca recebe 2.000 usuários por dia...*

(C) ... *que jamais se pensaria...*

(D) *A metade de seus usuários tem entre 25 e 35 anos.*

(E) ... *que observa como os grandes leitores das bibliotecas...*

Atenção: Para responder às questões de números 10 e 11, considere o texto abaixo.

Aos 45 anos, o chinês Jia Zhang-Ke pode ser considerado um dos principais cineastas do mundo. Sua idade permitiu a ele testemunhar a transição histórica pela qual a China passou depois de 1976, com a morte de Mao Tse-Tung, o fim da Revolução Cultural e a subida ao poder de Deng Xiaoping, que em poucos anos abriu o país à economia de mercado. Os filmes de Jia são cada vez mais vistos no exterior, uma vez que exibem importância estética e oferecem um olhar sobre uma realidade pouco conhecida aos olhos do mundo.

"Vemos cidades que estão sendo demolidas, memórias que estão sendo apagadas, uma população flutuante que viaja ao sabor das oportunidades econômicas, e Jia quer investigar qual é o efeito dessa transformação no indivíduo", descreve a pesquisadora Cecília Mello. "Na história do cinema, em geral os momentos de pico de criatividade vêm junto com as transformações histórico-sociais. No mundo todo, hoje, o diretor em que isso aparece de modo mais forte e relevante é Jia."

(Adaptado de: **revistapesquisa.fapesp.br/2015/10/14/05-olhos-da-china**)

10. Atente para o que se afirma abaixo.

I. O reconhecimento de Jia Zhang-Ke deve-se, em parte, ao fato de o cineasta despertar a curiosidade dos espectadores estrangeiros, que passam a conhecer, por meio de seus filmes, as consequências das transformações sociais ocorridas recentemente na China.

II. Sem prejuízo da correção gramatical e do sentido, no segmento *Sua idade permitiu a ele testemunhar a transição histórica pela qual a China passou depois de 1976...* os trechos sublinhados podem ser substituídos, respectivamente, por: *permitiu-lhe* e *por que*.

III. Os elementos sublinhados em *uma vez que exibem importância estética* e *memórias que estão sendo apagadas*... são ambos pronomes que exercem funções diferentes.

Está correto o que consta APENAS em

(A) III.
(B) I.
(C) I e III.
(D) II e III.
(E) I e II.

11. Uma redação alternativa a partir de um segmento do texto, em que se mantêm a correção e a lógica, está em:

(A) Vê-se cidades sendo demolidas, memórias sendo apagadas, uma população flutuante viajando de acordo com as oportunidades econômicas.

(B) É comum que, na história do cinema, grande parte dos momentos de pico de criatividade acompanhe transformações históricas.

(C) De acordo com a pesquisadora Cecília Mello, devem haver transformações causadas ao indivíduo que interessam a Jia investigar.

(D) Ainda que tenha apenas 45 anos, não exagera quem, ao avaliar o cineasta chinês Jia Zhang-Ke, exalta-lhe como um dos maiores do mundo.

(E) O jovem Jia Zhang-Ke, testemunhou fatos históricos como a morte de Mao Tse-Tung, o fim da Revolução Cultural e a ascensão de Deng Xiaoping ao poder.

Atenção: Para responder às questões de números 12 e 13. considere o texto abaixo.

Quase meio século separa a estreia de Manoel de Barros na literatura – em 1937, com a publicação de "Poemas Concebidos sem Pecado" em tiragem artesanal de 21 exemplares – da circulação mais ampla de sua obra, na segunda metade dos anos 1980, graças ao voluntário trabalho de divulgação feito por jornalistas, escritores e intelectuais que passaram a admirá-lo.

Entre eles, Millôr Fernandes e Antonio Houaiss, para quem Manoel de Barros era comparável a São Francisco de Assis "na humildade diante das coisas".

Nascido em 1916, em Cuiabá, Manoel de Barros escreveu 18 livros de poesia, além de obras infantis e relatos autobiográficos. Na juventude, apaixonou-se por Arthur Rimbaud e Charles Baudelaire. Os poetas do cinema também o encantaram, com destaque para Federico Fellini, Akira Kurosawa e Luis Buñuel. Dizia-se um "vedor de cinema", mas sempre "numa tela grande, sala escura e gente quieta do meu lado".

"Acho que um poeta usa a palavra para se inventar", disse em entrevista a um jornal. "E inventa para encher sua ausência no mundo. (...) *O poeta escreve por alguma deformação na alma. Porque não seria certo ficar pregando moscas no espaço para dar banho nelas. Ou mesmo: pregar contiguidades verbais e substantivas para depois casá-las."*

(Disponível em: **www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/11/-1547550-manoel-de-barros-foi-revelado-por-millor-e-houaiss-relembre-trajetoria.shtml**)

12. *... para quem Manoel de Barros era comparável a São Francisco de Assis...*

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o da frase acima está em:

(A) *Dizia-se um "vedor de cinema"...*

(B) *Porque não seria certo ficar pregando moscas no espaço...*

(C) *Na juventude, apaixonou-se por Arthur Rimbaud e Charles Baudelaire.*

(D) *Quase meio século separa a estreia de Manoel de Barros na literatura...*

(E) *... para depois casá-las...*

13. Há noção de finalidade em:

(A) *Porque não seria certo ficar pregando moscas no espaço...*

(B) *O poeta escreve por alguma deformação na alma*.

(C) "*Acho que um poeta usa a palavra para se inventar*."

(D) *... graças ao voluntário trabalho de divulgação feito por jornalistas...*

(E) *... mas sempre "numa tela grande, sala escura e gente quieta do meu lado."*

14. Em 1949, quando o pai morreu, Manoel herdou suas terras em Corumbá. Pensou inicialmente em vender as terras, mas a mulher convenceu Manoel a restabelecer raízes no Pantanal. Por ocasião do lançamento de "O Guardador das Águas", que daria a Manoel o seu primeiro Prêmio Jabuti, afirmou: "Entre o poeta e a natureza ocorre uma eucaristia".

Fazendo-se as alterações necessárias, os elementos sublinhados acima foram corretamente substituídos por um pronome, na ordem dada, em:

(A) vendê-las – convenceu-o – lhe daria
(B) vender-lhes – convenceu-lhe – daria-lhe
(C) as vender – convenceu-lhe – o daria
(D) vendê-las – lhe convenceu – daria-no
(E) vender-lhes – o convenceu – lhe daria

Noções de Sustentabilidade

15. É um princípio da Política Nacional de Resíduos Sólidos, expressamente previsto na Lei nº 12.305/2010:

(A) O estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços.

(B) A proteção da saúde pública e da qualidade ambiental.

(C) A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

(D) A redução do volume e da periculosidade dos resíduos perigosos.

(E) A adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais.

16. Com relação à Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP, considere:

I. A CISAP possui natureza consultiva e caráter permanente, vinculada à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.

II. Os membros titulares da CISAP poderão ocupar qualquer cargo no órgão que representam, possuindo cada um deles dois suplentes.

III. A participação na CISAP é considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

IV. As proposições da CISAP serão avaliadas com base nas diretrizes gerais de logística e compras da Administração pública federal.

De acordo com Decreto nº 7.746/2012 está correto o que consta APENAS em

(A) II, III e IV.
(B) I, II e III.
(C) I, III e IV.
(D) I e IV.
(E) II e III.

17. Considere:

I. Capacitação.
II. Comitê Gestor.
III. Encontro trimestral.
IV. Relatório semestral.

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/2014, são instrumentos de implementação e monitoramento da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho – PNRSJT, dentre outros, os indicados APENAS em

(A) I, III e IV.
(B) I, II e III.
(C) II, III e IV.
(D) I e II.
(E) II e IV.

18. No tocante à licitação, considere:

I. A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.

II. A margem de preferência pré-estabelecida não poderá ser estendida, total ou parcialmente, aos bens e serviços originários dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul.

III. Os editais de licitação para a contratação de bens, serviços e obras não poderão exigir que o contratado promova, em favor de órgão ou entidade integrante da Administração pública medidas de compensação comercial, industrial, tecnológica ou acesso a condições vantajosas de financiamento, cumulativamente ou não.

De acordo com a Lei nº 8.666/1993 está correto o que consta APENAS em

(A) II.
(B) I e II.
(C) II e III.
(D) I e III.
(E) I.

Regimento Interno do TRT da 23ª Região

19. Nas sessões do Tribunal Pleno não poderão atuar nos mesmos feitos, judiciais ou administrativos, Desembargadores do Trabalho que sejam

(A) cônjuges, parentes consanguíneos em linha reta até 2º grau, apenas.

(B) cônjuges ou que tenham qualquer relação de parentesco.

(C) cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até 4º grau.

(D) cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, em linha reta até 2º grau, apenas.

(E) cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até 3º grau.

20. O exercício da Presidência de Turma

(A) implica em inelegibilidade para os cargos de Presidente ou Vice-presidente do Tribunal, havendo expressa vedação legal em razão incompatibilidade existente.

(B) não implica em inelegibilidade para os cargos de Presidente ou Vice-presidente do Tribunal, ficando, porém o magistrado afastado de suas atribuições junto à Turma no período em que estiver no exercício de cargo de direção.

(C) implica em inelegibilidade apenas para o cargo de Presidente, havendo expressa vedação legal neste sentido em razão da incompatibilidade existente.

(D) implica em inelegibilidade apenas para o cargo de Vice-Presidente, havendo expressa vedação legal neste sentido em razão da incompatibilidade existente.

(E) não implica em inelegibilidade para os cargos de Presidente ou Vice-presidente do Tribunal, que exercerá cumulativamente as suas funções, permanecendo as atribuições junto à Turma.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Direito Constitucional

21. O princípio da solidariedade social

(A) não está contemplado no segmento normativo da Constituição Brasileira.

(B) tem previsão restrita ao preâmbulo da Constituição e como tal não pode ser invocado judicialmente para seu asseguramento.

(C) é corolário do princípio da soberania nacional que, garantindo a indissolubilidade do Estado, obriga a formação de laços de solidariedade na sua defesa.

(D) não é princípio constitucional, mas mero fundamento da República.

(E) é um dos três componentes estruturais do princípio democrático quando a Constituição preconiza o modelo de construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

---

22. A ideia segundo a qual todos os juízes de qualquer posição hierárquica estão em condições de revisar os atos dos demais órgãos constitucionais, para verificar se estão ajustados ao preceituado pela lei fundamental,

(A) trata de violação do princípio da separação de poderes e consequente impossibilidade material de validade de tal decisão assim emitida.

(B) expressa a forma de controle difuso de constitucionalidade, aceita em nosso sistema constitucional.

(C) corresponde à manifestação de técnica judicial denominada de "jurisprudência dos valores" e apenas é correta em relação ao Supremo Tribunal Federal.

(D) está limitada aos juízes dos Tribunais Superiores em julgamento específico de ação constitucional típica.

(E) acha-se condicionada às hipóteses em que não houve prévio controle político de constitucionalidade pelo órgão de origem da norma ou ato.

---

23. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF, segundo o Supremo Tribunal Federal,

(A) é um tipo de ação, ajuizada exclusivamente no STF, que tem por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público.

(B) não pode ter natureza equivalente às ações declaratórias de inconstitucionalidade.

(C) pode questionar a constitucionalidade de uma norma perante a Constituição Federal, mas tal norma deve ser federal e posterior à Constituição vigente.

(D) possui os mesmos legitimados para ajuizá-la que os da ação declaratória de inconstitucionalidade, salvo o Presidente da República.

(E) é cabível, por ser autônoma, mesmo quando existir outro tipo de ação que possa ser proposta.

---

24. Sobre os direitos sociais na Constituição Federal brasileira, considere:

I. O piso salarial garantido é aquele proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

II. A irredutibilidade do salário é garantia absoluta dos trabalhadores urbanos e rurais.

III. A garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, não alcança aqueles que percebem remuneração variável.

IV. O prazo de prescrição da ação quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho é de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

Está correto o que consta APENAS em

(A) I e IV.
(B) II e III.
(C) I, III e IV.
(D) II, III e IV.
(E) I e II.

---

25. Sobre a categoria dos trabalhadores domésticos, em face dos direitos sociais do trabalho decorrentes do sistema da Constituição Federal brasileira considere:

I. Atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades são assegurados todos os direitos sociais.

II. Têm direito à licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias.

III. É assegurada a igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

IV. É assegurada a proibição de trabalho noturno, a menores de dezoito anos.

Está correto o que consta APENAS em

(A) III e IV.
(B) I, II e IV.
(C) II e III.
(D) I e II.
(E) IV.

---

26. A instituição de eventual Juizado Especial Trabalhista deveria ser precedida de lei sobre cuja competência é correto afirmar-se que

(A) seria concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal, competentes para legislar sobre procedimentos em matéria processual.

(B) seria concorrente apenas entre União e Estados, competentes para legislar sobre procedimentos em matéria processual.

(C) seria privativa da União, única a poder legislar sobre direito processual e do trabalho.

(D) a União apenas pode legislar sobre normas gerais do Juizado, remanescendo a competência residual dos Estados.

(E) os Estados poderão criar os Juizados Especiais Trabalhistas exercendo a competência legislativa plena, até a existência de lei federal sobre normas gerais.

27. Sobre servidores públicos no sistema constitucional brasileiro, é INCORRETO afirmar:

(A) Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas, ou de provas e títulos, será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.

(B) São garantidos ao servidor público civil o direito à livre associação sindical e o direito de greve.

(C) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

(D) Os servidores fiscais da administração fazendária terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos.

(E) A estabilidade do servidor público nomeado por concurso público é imediata à posse e efetivo exercício.

28. Sobre a prática de crime de responsabilidade do Presidente da República,

(A) apenas são crimes os atos que atentem contra a existência da União, a segurança interna do País, a probidade na administração e a lei orçamentária.

(B) admitida a acusação contra o Presidente da República, por maioria absoluta da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal.

(C) o Presidente ficará suspenso de suas funções após a instauração do processo pelo Senado Federal.

(D) se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, o processo será encerrado sem julgamento de mérito.

(E) o Presidente da República, na vigência de seu mandato, só poderá ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções, por omissão própria, se resultar prejuízo às finanças públicas.

29. Quanto ao Tribunal de Contas da União,

(A) os membros são escolhidos segundo os mesmos critérios e procedimento dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

(B) os Ministros terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

(C) em nenhuma hipótese o auditor poderá substituir o Ministro no exercício das atribuições da judicatura.

(D) não há previsão de atuação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

(E) como órgão auxiliar do Poder Legislativo, o Tribunal de Contas tem seu presidente eleito pelo Congresso Nacional.

30. Sobre a organização da Justiça do Trabalho,

(A) na composição do Tribunal Superior do Trabalho não se observará, por expressa disposição, o chamado quinto constitucional do Ministério Público e da advocacia.

(B) a competência do Tribunal Superior do Trabalho é objeto de deliberação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

(C) nas comarcas não abrangidas pela jurisdição da Justiça do Trabalho, a competência poderá ser atribuída aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho.

(D) em nenhuma hipótese competirá à Justiça do Trabalho o julgamento de *habeas corpus* e *habeas data*.

(E) as varas da Justiça do Trabalho podem ser criadas por provimento dos Tribunais Regionais do Trabalho.

31. Sobre a competência da Justiça do Trabalho, considere:

I. O julgamento das ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da Administração pública direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios é de atribuição dos Tribunais de Justiça.

II. Os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista serão sempre julgados pelo Superior Tribunal de Justiça.

III. As ações de indenização por dano moral ou patrimonial, ainda que decorrentes da relação de trabalho, serão julgadas pela Justiça Estadual.

IV. As ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho são de competência da Justiça do Trabalho.

Está correto o que consta APENAS em

(A) I e II.
(B) II e III.
(C) IV.
(D) I e IV.
(E) III.

32. Sobre o Ministério Público do Trabalho, considere:

I. Tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

II. Suas funções jamais poderão ser exercidas por membros do Ministério Público dos Estados.

III. Seus membros concorrerão juntamente com os do Ministério Público Federal para composição do quinto constitucional no Tribunal Superior do Trabalho.

IV. A destituição do Procurador-Geral do Trabalho, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

Está correto o que consta APENAS em

(A) I.
(B) II.
(C) I, III e IV.
(D) II e IV.
(E) I e III.

33. Sobre a competência da Justiça do Trabalho considere:

I. Frustrada a negociação coletiva, as partes poderão eleger árbitros.

II. Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica.

III. A Justiça do Trabalho decidindo conflito em dissídio coletivo deverá, necessariamente, respeitar as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente.

IV. Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito.

Está correto o que consta em

(A) I, II e III, apenas.
(B) I, II e IV, apenas.
(C) II, III e IV, apenas.
(D) I, III e IV, apenas.
(E) I, II, III e IV.

Direito Administrativo

34. No curso de ação de improbidade administrativa ajuizada pela Fazenda Pública do Estado do Mato Grosso, a Autora, ao perceber a ausência do Ministério Público no feito, comunicou o Juiz. O respectivo magistrado, no entanto, não intimou o Ministério Público para intervir no processo, sob o fundamento de que o interesse público já estava devidamente representado pela Autora. Em outra ação de improbidade administrativa, o Juiz determinou que fosse processada pelo rito sumário, por ser ação simples, que não demandaria sequer provas, objetivando, assim, um procedimento mais célere. A propósito do ocorrido nas duas ações e nos termos da Lei nº 8.429/1992, a postura dos juízes

(A) está correta em ambos os casos.

(B) está incorreta em ambos os casos: no primeiro, porque caso o Ministério Público não seja parte Autora, deverá obrigatoriamente intervir no feito; no segundo, porque a ação de improbidade terá sempre o rito ordinário.

(C) está correta apenas no segundo caso.

(D) está correta apenas no primeiro caso.

(E) está incorreta em ambos os casos: no primeiro, porque a Fazenda Pública Estadual não é legitimada a propor ação de improbidade; no segundo, porque o rito processual decorre da lei, isto é, não pode ser adotado por escolha do magistrado.

35. No que concerne à licença para capacitação profissional, prevista na Lei nº 8.112/1990, considere:

I. Só é admissível, dentre outros requisitos, após cada quinquênio de efetivo exercício.

II. Trata-se de licença concedida no interesse da Administração.

III. Trata-se de licença concedida sem prejuízo da remuneração.

IV. O afastamento do cargo se dará pelo período máximo de dois meses.

Está correto o que consta APENAS em

(A) II e IV.
(B) I, III e IV.
(C) I e III.
(D) I, II e III.
(E) II, III e IV.

36. No curso de processo administrativo disciplinar movido contra João, servidor público do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, foi constatada a ocorrência de vício insanável. Em razão disso, a autoridade que determinou a instauração do processo declarou sua nulidade total. A propósito dos fatos e nos termos da Lei nº 8.112/1990, a

(A) autoridade que declarou a nulidade deverá, por meio de decisão autônoma, intimar a mesma comissão já formada para o anterior processo administrativo para que seja instaurado novo processo.

(B) nulidade, em razão de vício insanável, nunca é total, mas sempre parcial, sendo aproveitados os atos já praticados em prol do princípio da economia processual.

(C) nulidade não pode ser declarada pela autoridade que determinou a instauração do processo, devendo ser declarada por autoridade de hierarquia superior.

(D) autoridade que declarou a nulidade ordenará, no mesmo ato, a constituição de outra comissão para instauração de novo processo.

(E) nulidade, ainda que total, não exige a abertura de novo processo administrativo, devendo ser aproveitado o mesmo processo, desde que devidamente sanado o vício.

37. Em dois processos administrativos distintos, de âmbito federal, constatou-se a obrigatoriedade de ser ouvido órgão consultivo, devendo os respectivos pareceres serem emitidos no prazo de quinze dias, porém não foram apresentados. No primeiro processo, o parecer era obrigatório e vinculante e deixou de ser emitido no prazo fixado. No segundo processo, o parecer era obrigatório mas não vinculante e também deixou de ser emitido no prazo fixado. Nos termos da Lei nº 9.784/1999 e independentemente da responsabilização cabível,

(A) apenas na segunda hipótese, o processo poderá ter prosseguimento e ser decidido com sua dispensa.

(B) em ambas as hipóteses, os processos não terão seguimento até que os pareceres sejam apresentados.

(C) apenas na segunda hipótese, o processo poderá ter prosseguimento, mas a decisão só será possível após a apresentação do parecer.

(D) em ambas as hipóteses, os processos poderão ter prosseguimento; no entanto, apenas no segundo caso, poderá ser decidido com sua dispensa.

(E) em ambas as hipóteses, os processos terão seguimento normalmente, independentemente do momento da apresentação dos pareceres.

38. O Estado do Mato Grosso realizará licitação de grande vulto envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, demonstrados através de parecer tecnicamente aprovado pela autoridade competente. No edital da respectiva licitação, foi exigida a apresentação de garantia contratual. A empresa SW, interessada em participar do certame, pretende apresentar garantia na forma de caução em dinheiro, cujo montante representa uma porcentagem sobre o valor do contrato administrativo. No caso narrado, conforme preceitua a Lei nº 8.666/1993, a garantia na forma de caução em dinheiro poderá ser em %, de até

(A) 5.
(B) 10.
(C) 20.
(D) 15.
(E) 25.

39. Marcilio, servidor público federal e chefe de determinada repartição pública, convalidou ato administrativo ilegal, haja vista conter nulidade relativa, suprindo, assim, vício existente no mencionado ato. Já Ana, também servidora pública federal, revogou ato administrativo com vício de motivo. A propósito do ocorrido nas duas hipóteses,

(A) a convalidação não se destina a atos administrativos ilegais, sendo seu efeito sempre *ex nunc*.

(B) a revogação é possível no caso narrado, mas se dará com efeitos *ex tunc.*

(C) no primeiro caso, a convalidação ocorrerá com efeitos retroativos à data em que o ato administrativo foi praticado.

(D) a revogação é possível no caso narrado, mas se dará com efeitos *ex nunc*.

(E) o episódio narrado na segunda hipótese comporta tanto revogação quanto anulação que, neste último caso, ocorrerá com efeitos *ex tunc.*

40. No curso do pregão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor. Nos termos da Lei nº 10.520/2002, NÃO havendo pelo menos

(A) cinco ofertas nas condições narradas poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, devendo os preços, obrigatoriamente, circundarem em torno de limite máximo fixado pelo pregoeiro.

(B) duas ofertas nas condições narradas poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de cinco, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

(C) três ofertas nas condições narradas poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de cinco, oferecer novos lances verbais e sucessivos, devendo os preços, obrigatoriamente, circundarem em torno de limite máximo fixado pelo pregoeiro.

(D) duas ofertas nas condições narradas poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

(E) três ofertas nas condições narradas poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

41. No que concerne ao controle externo praticado sobre os atos da Administração pública, especificamente quanto ao controle financeiro, considere:

I. Competência do Tribunal de Contas para processar disciplinarmente os responsáveis pela indevida aplicação e utilização de recursos públicos, aplicando as sanções disciplinares previstas no estatuto dos servidores do ente ao qual aqueles estejam vinculados.

II. O julgamento feito pelo Tribunal de Contas das contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos e as contas daqueles que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário.

III. O deferimento, pelo Tribunal de Contas, das aposentadorias, reformas e pensões, da Administração direta e indireta, a fim de garantir a observância do limite de despesa de pessoal.

IV. A sustação do contrato administrativo, em razão do descumprimento da lei, adotada diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo a adoção das medidas cabíveis.

Está correto o que consta APENAS em

(A) IV.
(B) I e II.
(C) I, III e IV.
(D) II e IV.
(E) II e III.

42. Manoela foi irregularmente investida no cargo público de Analista do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, tendo, nessa qualidade, praticado inúmeros atos administrativos. O Tribunal, ao constatar o ocorrido, reconheceu a validade dos atos praticados, sob o fundamento de que os atos pertencem ao órgão e não ao agente público. Trata-se de aplicação específica do princípio da

(A) impessoalidade.
(B) eficiência.
(C) motivação.
(D) publicidade.
(E) presunção de veracidade.

43. Maristela, Diretora de órgão público federal, frustrou a licitude de concurso público e, em outra oportunidade, frustrou a licitude de procedimento licitatório. Em razão do exposto, foi processada por improbidade administrativa pelo Ministério Público Federal. A propósito dos fatos narrados e desde que preenchidos os demais requisitos legais previstos na Lei nº 8.429/1992,

(A) o dolo é indispensável para a configuração do ato ímprobo apenas na primeira conduta.

(B) o dolo é indispensável para a configuração do ato administrativo apenas na segunda conduta.

(C) tratam-se de atos ímprobos de mesma natureza, qual seja, atos atentatórios aos princípios da Administração pública.

(D) tratam-se de atos ímprobos de mesma natureza, qual seja, atos que causam prejuízo ao erário.

(E) o dolo é indispensável para a configuração dos atos ímprobos em ambas as condutas.

44. Considere a seguinte situação hipotética: em determinado Município do Estado do Mato Grosso houve grandes deslizamentos de terras provocados por fortes chuvas na região, causando o soterramento de casas e pessoas. O ente público foi condenado a indenizar as vítimas, em razão da ausência de sistema de captação de águas pluviais que, caso existisse, teria evitado o ocorrido. Nesse caso, a condenação está

(A) correta, tratando-se de típico exemplo da responsabilidade disjuntiva do Estado.

(B) incorreta, por ser hipótese de exclusão da responsabilidade em decorrência de fator da natureza.

(C) correta, haja vista a omissão estatal, aplicando-se a teoria da culpa do serviço público.

(D) correta, no entanto, a responsabilidade estatal, no caso, deve ser repartida com a da vítima.

(E) incorreta, haja vista que o Estado somente responde objetivamente, e, no caso narrado, não se aplica tal modalidade de responsabilidade.

45. Considere:

I. A Administração pública não pode, no exercício do poder de polícia, utilizar-se de meios diretos de coação, sob pena de afronta ao princípio da proporcionalidade.

II. O objeto da medida de polícia, isto é, o meio de ação, sofre limitações, mesmo quando a lei lhe dá várias alternativas possíveis.

III. A impossibilidade de licenciamento de veículo enquanto não pagas as multas de trânsito corresponde a exemplo da utilização de meios indiretos de coação, absolutamente válido no exercício do poder de polícia.

Está correto o que consta em

(A) I, II e III.
(B) II e III, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) I, apenas.
(E) II, apenas.

46. Determinada autarquia do Estado do Mato Grosso foi condenada a pagar indenização a um de seus servidores. Após a condenação, utilizou-se do prazo em quádruplo para recorrer, e, na fase de execução da condenação, alegou a impossibilidade de arcar com a indenização por não ter patrimônio próprio. A propósito dos fatos,

(A) incorreto o prazo recursal, que é em dobro para recorrer, bem como o fundamento do patrimônio, pois a autarquia tem patrimônio próprio.

(B) correto tanto o prazo recursal, como o argumento relativo ao patrimônio.

(C) correto o prazo recursal, mas incorreto o fundamento do patrimônio, pois a autarquia tem patrimônio próprio.

(D) incorreto o prazo recursal, que, na hipótese, é prazo simples, mas correto o fundamento do patrimônio.

(E) incorreto o prazo recursal, que, na hipótese, é em dobro, mas correto o fundamento do patrimônio.

Noções de Administração Pública

47. Entre as teorias comumente mencionadas nas literaturas relativas à liderança nas organizações, existe a Teoria Caminho – Meta ou Caminho – Objetivo, que elenca entre os possíveis comportamentos do líder, o

(A) autoritário-coercitivo, que decide todo o processo, o que será feito, quando será feito e como será feito.

(B) diretivo, que deixa claro o que espera dos liderados, organizando e proporcionando diretrizes claras sobre como as tarefas deverão ser realizadas.

(C) consultivo, que compartilha as decisões com os subordinados, permitindo aos mesmos flexibilidade na realização das tarefas.

(D) carismático, que motiva os subordinados em face de traços próprios de personalidade e comportamento.

(E) benevolente, que toma as decisões com base na satisfação das necessidades dos subordinados.

48. O *Balanced Score Card* – BSC pode ser utilizado como modelo de gestão estratégica, assim como mecanismo para implementação da estratégia da entidade, bem assim como sistema de avaliação de desempenho organizacional. Nesse contexto, o BSC prioriza o equilíbrio organizacional, a partir de diferentes perspectivas, a saber:

(A) econômica; social; corporativa e individual.

(B) organizacional; conjuntural; circunstancial e prospectiva.

(C) financeira; do cliente; dos processos internos; do aprendizado e crescimento.

(D) otimista; moderada; cautelosa e pessimista.

(E) individual; corporativa; coletiva e externa.

49. O Programa 5S, criado no Japão, foi disseminado como ferramenta para promover bons hábitos no ambiente de trabalho, como forma de melhorar a produtividade. Entre os cinco "sensos", inserem-se,

(A) organização e limpeza.
(B) rapidez e disciplina.
(C) benevolência e cooperação.
(D) responsabilidade e comprometimento.
(E) hierarquia e respeito.

50. O denominado Ciclo PDCA pode ser entendido como um método ou técnica para controle de processos que

(A) é focado no gerenciamento de riscos, com aplicação de instrumentos de *compliance*.

(B) é pautado pela redução de custos e otimização dos recursos humanos e materiais existentes.

(C) tem como objetivo a drástica redução do tempo necessário para o cumprimento de todas as etapas do processo.

(D) contempla, entre outras etapas, a de controle e a corretiva, buscando a minimização de erros.

(E) propõe a redução de interfaces e o estabelecimento de um fluxo horizontal de ações e decisões.

51. A atuação da Administração pública vem sendo, cada vez mais, pautada e avaliada por critérios de eficiência, eficácia e efetividade. Nesse contexto, considere:

I. Uma ação administrativa é considerada eficiente quando contempla o uso racional e econômico de insumos para sua consecução.

II. A efetividade de uma ação administrativa depende do nível de atingimento das metas estabelecidas internamente e não, necessariamente, de seus efeitos externos.

III. A eficácia de uma ação administrativa corresponde ao grau máximo de sucesso da referida ação, consistente na satisfação das necessidades da sociedade em relação àquela demanda.

Esta correto o que consta APENAS em

(A) II e III.
(B) II.
(C) III.
(D) I e III.
(E) I.

52. Considere que no curso do processo de elaboração de seu planejamento estratégico, determinada organização tenha definido a forma como pretende ser reconhecida por seus clientes, colaboradores e pela própria sociedade. Tal definição corresponde

(A) ao diagnóstico institucional da organização.
(B) à Missão da organização.
(C) aos valores perseguidos pela organização.
(D) aos cenários para o futuro da organização.
(E) à Visão da organização.

53. Considere que determinado órgão integrante do Poder Judiciário realize, como parte de suas atividades ordinárias, atividades de classificação e ordenação de documentos. Para melhoria de tais atividades, pretendia aplicar técnicas consagradas de gerenciamento de projetos. Tal aplicação, contudo, foi considerada tecnicamente inadequada para a finalidade pretendida, na medida em que um projeto deve ter, entre outras características,

(A) a não internalização dos resultados diretos, mas apenas dos reflexos.

(B) vinculação a metas e indicadores.

(C) generalidade e perenidade.

(D) singularidade e temporalidade.

(E) perenidade e obtenção de externalidades positivas.

54. *A gestão de competências faz parte de um sistema maior de gestão organizacional que toma como referência a estratégia da organização e direciona as suas ações de recrutamento e seleção, treinamento, avaliação, remuneração e gestão de carreira para a captação e o desenvolvimento das competências necessárias para atingir seus objetivos* (BRANDÃO; GUIMARÃES, 2001).

Nesse contexto, a identificação das competências necessárias para que a instituição atinja seus objetivos:

I. faz parte da etapa conhecida como mapeamento das competências, podendo utilizar diferentes instrumentos, como análise documental e entrevistas.

II. deve ser conjugada com a identificação das competências já existentes na organização, identificando-se as lacunas a serem preenchidas.

III. corresponde à etapa final do processo, devendo ser consolidada na nova estrutura de cargos e salários da entidade.

Está correto o que consta APENAS em

(A) II.
(B) I e II.
(C) II e III.
(D) I e III.
(E) III.

55. A conquista da excelência nos serviços públicos decorre de um amplo conjunto de fatores, muitos dos quais associados à incorporação de novas filosofias gerenciais, de novas tecnologias, de mudança cultural e amplo engajamento dos servidores. O modelo de excelência preconizado pela Fundação Nacional da Qualidade define fundamentos e critérios de gestão tendo como referência organizações de excelência em nível mundial. Constituem, entre outros, fundamentos desse modelo:

(A) avaliação e remuneração por resultados.
(B) informações e conhecimento.
(C) inovação e geração de valor.
(D) eficiência no uso de recursos e prestação de contas.
(E) treinamento contínuo e transmissão de conhecimentos.

56. O grau de maturidade na gestão de processos é definido a partir de níveis, que medem a evolução da organização quanto às práticas de gerenciamento de processos. Um dos modelos a partir do qual é possível descrever o grau de maturidade de um processo é o preconizado pela Society for Design and Process Science – SDPS, que aponta, como o nível mais avançado, o correspondente aos processos

(A) gerenciados.
(B) padronizados.
(C) otimizados.
(D) modelados.
(E) interoperados.

57. O ciclo de planejamento e orçamento público brasileiro é composto de três instrumentos principais: o Plano Plurianual – PPA; a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA. Especificamente no que diz respeito à LDO, cabe a tal diploma legal estabelecer as metas e prioridades da Administração pública e orientar a lei orçamentária anual, bem como, entre outros aspectos, dispor sobre:

I. alterações na legislação tributária.
II. equilíbrio entre receitas e despesas.
III. limites para contratação de operações de crédito.

Está correto o que consta APENAS em

(A) I e II.
(B) II e III.
(C) I e III.
(D) III.
(E) II.

58. De acordo com o disposto na Resolução nº 49/2007, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, considere:

I. Compete à Comissão de Estatística e Gestão Estratégica do CNJ a supervisão do Sistema de Estatística do Poder Judiciário.

II. O núcleo de estatística e gestão estratégica de cada Tribunal é supervisionado pelo respectivo Presidente ou Corregedor.

III. Compete ao núcleo de estatística de cada Tribunal assessorar o Departamento de Pesquisas Judiciárias na agregação dos dados sob a responsabilidade deste.

Está correto o que consta APENAS em

(A) III.
(B) I.
(C) I e II.
(D) I e III.
(E) II e III.

59. O Clima Organizacional é constituído, basicamente, por elementos de natureza

(A) intrínseca, ligada ao sistema de recompensas e punições, diretas e indiretas, estabelecidos no bojo da organização.

(B) cultural e é formado a partir das crenças e valores disseminados, implícita ou explicitamente, pela organização.

(C) afetiva, correspondente à forma como o indivíduo percebe os diferentes procedimentos, práticas e política da organização.

(D) cognitiva, resultante da percepção compartilhada acerca de diversos aspectos formais e informais da organização.

(E) transacional, contemplando tanto aspectos objetivos como subjetivos, de cunho eminentemente pessoal e psicológico.

60. A adesão ao Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA, instituído pelo Decreto nº 5.378, de 23 de fevereiro de 2005, cuja finalidade é contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos aos cidadãos e aumento da competitividade do País, é

(A) compulsória para os órgãos integrantes da Administração direta federal e facultativa para as entidades da Administração indireta.

(B) possível, em caráter voluntário, por organizações privadas e cabível para os órgãos e entidades da Administração pública federal, mediante adesão ou convocação.

(C) obrigatória para órgãos e entidades de outras esferas federativas que celebrem convênios ou contratos de programa com a União.

(D) sempre voluntária, quer para os órgãos e entidades da Administração pública federal, quer para os integrantes de outras esferas de governo.

(E) cabível para as entidades da Administração indireta apenas se as mesmas firmarem contrato de gestão com o Ministério Supervisor.

DISCURSIVA-REDAÇÃO

Atenção:

Conforme Edital do Concurso, Capítulo X, itens:

"10.5. Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva – Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 10.6. A folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva – Redação pela Banca Examinadora. 10.7. Na Prova Discursiva – Redação deverão ser rigorosamente observados os limites: mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.8. A Prova Discursiva – Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota ***igual ou superior a 60 (sessenta)****."*

Observação:

- NÃO é necessária a colocação de título na Prova Discursiva – Redação.

Atente para o texto seguinte:

Não é de hoje que se pergunta se a existência do museu ainda faz sentido, por mais que os antigos e tradicionais museus continuem atraindo um bom público, ao passo que novos espaços não deixam de ser construídos. Contudo, à medida que a própria arte se modifica, com os quadros tradicionais cada vez mais dando lugar a instalações, a performances *e aos grafites, parece crescer o número daqueles para quem, segundo Hal Foster, no artigo "Museus sem fim" (revista Piauí, edição 105, Junho/2015), "a contemplação estética é tediosa, a compreensão histórica é elitista e, mais do que isso, o museu é um lugar morto, um mausoléu". Foster discorda: "Quando bem projetados e dotados de programação inteligente, os museus admitem tanto entretenimento quanto contemplação, e nesse processo promovem também alguma compreensão." Assim, em lugar de propor que os museus permaneçam intocados, o que o historiador e crítico norte-americano propõe é torná-los capazes de nos transportar "para diferentes períodos e culturas – para diversos modos de perceber, pensar, representar e ser –, a fim de que possamos testá-los em relação a nossas próprias época e cultura, e vice-versa, e, nesse processo, quem sabe transformarmo-nos um pouco."*

Escreva um texto dissertativo-argumentativo posicionando-se em relação às diferentes ideias expostas no texto acima.

DISCURSIVA-REDAÇÃO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO